

ENTRE ESSÊNCIA E APARÊNCIA: MAQUIAVEL SOBRE A MORAL, A POLÍTICA E A VIRTUDE

Paulo Gilberto Gubert¹

Resumo: O objetivo do artigo é analisar como se articula no interior da obra *O Príncipe* de Maquiavel a questão referente à moral. Esta tem sido objeto de discussão intensa e por muitos, considerada o ponto central de sua teoria. Algumas análises d'*O Príncipe* chegam a considerar essa obra como a que foi responsável pela separação entre a moral e a política, ou seja, esses dois princípios não passariam a reger a vida do governante, o qual deveria escolher entre um deles. No entanto, o que se pretende, aqui, não é analisar *O Príncipe* sob a perspectiva do separador entre política e moral, mas sustentar que Maquiavel n'*O Príncipe*, não traduziu a separação entre moral e política, mas somente apresentou como correta uma moral diferente daquela que o cristianismo prega; uma moral baseada nos princípios da Antiguidade, do Império Romano. Portanto, intenciona-se, apresentar e defender que Maquiavel não emancipou a política da ética ou da religião. O que fez foi a distinção entre duas modalidades de moral: a judaico-cristã e a pagã. Sob esta perspectiva, não haveria, divórcio entre a política e a ética que muitos autores atribuem a Maquiavel. Defenderemos, em última análise, que Maquiavel como renascentista procura inspirar-se nos modelos greco-romanos e não cristãos.

Palavras-chave: Maquiavel. Moral. Ética. Política. *Virtù*.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo discutir questões referentes à moral, à política e à virtude na obra “O Príncipe” de Maquiavel. O referido autor percebeu que a política poderia ser concebida de maneira diferente, sem contar com a influência da religião (cristianismo) e da ética, já que, tanto alguns clérigos, quanto alguns governantes pareciam não se importar com ambas. Agiam conforme seus interesses particulares, especialmente com o intuito de se manter no poder.

É provável que a obra de Maquiavel pareça induzir o leitor a utilizar-se de princípios que não parecem ser comuns, caso necessário, como forma de se manter em algum cargo político ou qualquer outro cargo de poder. E, estes princípios, por vezes são violentos e baseados na força. Dessa forma, o que Maquiavel propõe não é a “quebra” dos valores morais cristãos, mas o resgate dos valores morais greco-romanos.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gilbertogubert@gmail.com

É por isso que, ao longo de quatro séculos, Nicolau tem sido odiado por muitos e, muitas vezes, associado a figuras demoníacas. Quando pessoas utilizam-se de meios considerados ardilosos e amorais em diversas circunstâncias, por vezes, são chamadas de maquiavélicas. No entanto, como cientista político, ele tentou sentir a realidade da política e quiçá apresentar algum diagnóstico. Portanto, inicialmente, cabe-nos investigar em torno da seguinte problemática: Maquiavel foi ou não foi maquiavélico?

Um verdadeiro Príncipe, para Maquiavel, não deveria hesitar, mesmo que diante da crueldade ou da trapaça, se o que estivesse em jogo fosse a integridade nacional e o bem estar do seu povo. Neste sentido, se impõe outra questão: que tipo de ética propõe Maquiavel? Na verdade, Maquiavel não teria separado e emancipado a ética da política. O que fez foi afirmar que a moral do governante deveria ser dirigida pela situação política, não se constituindo como um ideal universal e abstrato.

Dessa forma, surgem novos problemas. Se a moral é norteadada pela situação, como definir quais serão os valores, ou seja, qual é o governante que poderá ser considerado virtuoso? Será aquele que é amado por ser bom e governar com equidade, ou será aquele que faz tudo o que for possível para se manter no poder, devendo apenas aparentar ser bom?

2 MAQUIAVEL E O MAQUIAVELISMO

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um grande pensador e cientista político. Observando as práticas políticas de sua época e estudando os pensadores políticos clássicos, percebeu que havia grandes diferenças entre o modo de conceber a política e o modo de aplicá-la na prática.

Assim, propõe-se como tarefa filosófica desvincular a política da tradição do pensamento judaico-cristão, ou seja, percebeu que a política poderia ser liberta das amarras da religião e da ética, já que, tanto clérigos, quanto governantes pareciam não se importar com ambas. Estes agiam conforme seus interesses particulares, especialmente com o intuito de se manter no poder. Neste contexto, Maquiavel escreve a obra: *O Príncipe*, fruto de seus estudos de política e de seu desejo de voltar a ser um homem público, expresso na introdução de sua obra, com a qual presenteou o Príncipe de Florença.

Ao longo do tempo, muitas conclusões foram tiradas do pensamento de Maquiavel. Em sua grande maioria, deram ênfase ao caráter ardiloso, astucioso e amoral do político e criaram um novo conceito para abarcar esta forma de ser e de agir, chamado maquiavelismo. Ter princípios maquiavélicos, para muitos significa ter princípios diabólicos. “Popularmente, ‘maquiavélico’ é o sinônimo de ‘diabólico’ (os ingleses chamam o diabo de ‘Old Nick’ – o ‘velho Nicolau’)” (BATH, 1992, p. 07).

Foram muitos os autores que condenaram a obra: “O Príncipe”, de Maquiavel. Por outro lado, muitos aprovaram e utilizaram princípios maquiavélicos, ao longo dos tempos, como forma de justificação e de manutenção do poder. Dois personagens são bastante conhecidos: Russell e Mussolini. O primeiro condena e o segundo exalta a referida obra. Bertrand Russell chamou *O Príncipe* de “compêndio para *gangsters*”, enquanto Mussolini o exaltava, considerando-o “um vade-mécum para estadistas” e explicando: “é uma doutrina que está mais viva hoje do que há quatro séculos” (BATH, 1992, p. 08).

O contexto histórico da época (séc. XVI) em que foi redigido “O Príncipe” aponta para um cenário de divisão da Itália em ducados, principados e repúblicas. Não havia um poder central que pensasse o todo. Quem governava não tinha tradição dinástica. Havia uma enorme instabilidade política causada pela falta de legitimidade do poder dos governantes. O poder era mantido pela força militar, sendo, portanto, instável.

Esta divisão da Itália a tornava presa fácil de monarquias européias constituídas. A Igreja não conseguia dominar estes pequenos estados, ao passo que também não estimulava sua unificação. Traições e estratégias de manutenção do poder eram frequentes também entre o clero. É neste contexto social que desponta a referida obra de Maquiavel.

Maquiavel foi uma figura política de destaque a partir dos 29 anos (1498), ao tornar-se segundo secretário da República de Florença. Era encarregado de problemas internos, assuntos de diplomacia e questões bélicas. Ficou famoso por ser um conselheiro astuto e era considerado um grande intelectual. Em 1512, foi deposto, preso e torturado. Depois disto, isolou-se em sua propriedade rural e escreveu, dentre outras obras, “O Príncipe”, um fruto de sua grande observação e experimentação da vida política. Destinou sua obra para o príncipe de Florença, na esperança de retornar a vida pública, mas não conseguiu. Morreu em 1527, totalmente esquecido. (BATH, 1992, p. 19).

Diante disso, será que realmente se faz jus ao mencionar Maquiavel como alguém detestável, cínico e de má-fé? O problema está justamente em identificar se Nicolau foi ou não foi maquiavélico. Ou se apenas foi um pensador político que procurou registrar as atividades políticas de sua época. Faz-se necessária a condenação de quem faz uso de práticas políticas condenáveis, não de quem apenas as percebeu e as registrou.

Na verdade, Maquiavel não foi maquiavélico no sentido que se aplica o termo. Foi, antes de tudo, um cientista político. Por outro lado, é possível identificar alguns traços maquiavélicos em sua obra, em especial quando se coloca na posição do príncipe. Enquanto aconselhador ele não deixa de ser realista, ao aconselhar a crueldade, de forma adequada, como forma de se manter no poder.

Ainda que não se possa considerar ação meritória a matança de seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, não ter piedade nem religião, com isso pode-se conquistar o mando, mas não a glória. Mas, considerada a habilidade de Agátocles no entrar e sair dos perigos, e sua fortaleza de ânimo no suportar e superar as coisas adversas, não há por que se deva julgá-lo inferior a qualquer dos mais ilustres capitães (MAQUIAVEL, 1973, p. 42).

No mesmo capítulo, porém, Maquiavel se retrata, demonstrando uma preocupação moral ao refletir sobre o problema do bem e do mal. “Creio que isto seja consequência de serem as crueldades mal ou bem praticadas. Bem usadas se podem chamar aquelas (se é que se pode dizer bem do mal) que [...]” (MAQUIAVEL, 1973, p. 42).

Francisco Guicciardini (1482-1540) demonstrou semelhanças na forma de pensar a natureza do homem, a vida política, a virtude e a sorte. Foi quem atribuiu a Maquiavel, de modo um tanto superficial, a famosa expressão: “Os fins justificam os meios”. Esta fórmula pode não fazer jus ao autêntico pensamento maquiavélico, mas expressa claramente uma das lições que os modernos extraíram de sua obra e que ainda hoje, parece permear o pensamento político da sociedade. (REALE; ANTISERI, 2003, p. 131).

3 O CONTEXTO DA NOVA CIÊNCIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL

Na época de Maquiavel reina na Itália uma grande confusão. A tirania impera em pequenos principados governados despoticamente por casas reinantes sem a

tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o Príncipe. Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração.

Como o poder se funda exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força seja deslocado, deste para aquele senhor. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar exclusivamente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades tem capacidade para ocupar.

É nesse panorama de crise econômica e política que Nicolau Maquiavel vive e desenvolve o seu pensamento. Ele é considerado o fundador da moderna ciência política. Contrariou a política da Idade Média, trazendo uma nova maneira de entendê-la, e uma formação de Estado que não se centrava em idéias, mas sim em um Estado possível de ser realizado. Seu grande desejo era de ver uma Itália unificada, o que apenas acontece no século XIX.

No período clássico da civilização grega (séculos V e IV a. C.) pensadores como Platão e Aristóteles criaram grandes sistemas filosóficos que reconheciam o homem como ser racional e social e a *polis* como lugar por excelência onde se realizaria a virtude do cidadão. A cidade como condição para o estabelecimento da ordem justa, reservaria ao filósofo a tarefa de pensar como seria possível organizar o bom governo que possibilitasse a “vida boa” para o cidadão.

Assim, as respostas dadas pelos teóricos a essas questões eram de natureza prescritiva e normativa. Isto é, conhecedores da política de seu tempo, filósofos como Platão e Aristóteles criticam a realidade e prescrevem, por meio de normas, como deveria ser o bom governo. Ora, em relação à história do pensamento ocidental, no tocante à política, quais os objetivos do Renascimento?

Uma das inúmeras tendências do Renascimento foi a secularização da consciência, ou seja, o processo pelo qual a maior parte das explicações teóricas se desvincula das teses religiosas. O homem renascentista confia na razão e na capacidade humana de agir com autonomia, por isso busca explicações racionais baseadas nas experiências e observações, e não no testemunho da fé.

Maquiavel torna a política autônoma porque privilegia a reflexão laica, não religiosa, e também por que se recusa a abordar a questão do poder a partir da ética cristã. É autônoma porque busca linguagem e métodos próprios, desvinculados da fé e da moral convencional. Em que consiste esta novidade, em termos metodológico, adotado pela política?

O novo método de investigação da política moderna distancia Maquiavel não só do pensamento medieval, mas também da política normativa dos gregos, não discutindo como deve ser o governo, nem quais são as virtudes do bom governante e do cidadão. Não lhe interessa a política baseada em princípios universais, cuja ação se pauta a partir de modelos abstratos. Interessa, isso sim, observar como os governantes e súditos agem de fato.

Ao iniciar “O Príncipe”, Maquiavel deixa claro o terreno em que trata a questão, evidenciando que não pretende fornecer as razões abstratas e teóricas da fundamentação do Estado, do governo e da ação política, mas propor indicações que sirvam para a prática do príncipe. A ação política deve ser eficiente, ou seja, deve alcançar fins e que Maquiavel resume em dois: como os principados devem ser governados e mantidos (KRASSUSKI,1997, p. 33).

A intenção de Maquiavel, portanto, não é a de apresentar a teoria de um Estado ideal e nele teorizar as funções do governante perfeito, mas descrever a política tal ela resulta de uma realidade próxima que vive.

É mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o modo como se vive e o modo por que se deveria viver (MAQUIAVEL, 1987, p. 64).

Para o secretário florentino, a política é ação construída, não há teoria pronta a ser aplicada, é o resultado de uma construção, de uma habilidade, mais prática do que teórica. É deste modo que se pode manter e governar um principado. A política é ação técnica e eficaz.

É importante observar, que Maquiavel “formou seu pensamento na escola da vida e na lição da história” (NEDEL, 1996, p. 19). Na dedicatória da obra “*O Príncipe*” o autor apresenta as fontes culturais de sua proposta que é, segundo ele, “o conhecimento das ações dos grandes homens aprendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas” (MAQUIAVEL,

1987, p. 09). Ou seja, nosso pensador considera que sua reflexão sobre a natureza do poder político e sobre os modos de conservar esse poder são resultado de uma observação atenta da experiência. Portanto, a política não mais se refere ao modelo de bom regime, mas à análise do jogo efetivo das forças que se chocam em circunstâncias muito específicas.

No entanto, devemos levar em conta que as idéias de Maquiavel sobre política, se fundam, em ampla medida, em certos pressupostos sobre a realidade humana e seu comportamento. Que tipo de realidade e comportamento humano, Maquiavel tem presente em sua análise política e o que isto significa?

Maquiavel professa uma concepção pessimista da natureza humana, que sempre encontra-se corrompida e disposta para o mal. Ou seja, para ele “[...]os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro.[...]é necessário que aquele que institui uma república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que se lhe apresente a ocasião de fazê-lo livremente” (MAQUIAVEL, 2002, p. 17).

Considerando que há uma natureza humana, torna-se compreensível a afirmação de que os homens são sempre os mesmos, como afirma o autor: “os homens nascem, vivem e morrem sempre da mesma maneira” (MAQUIAVEL, 1987, p. 27).

A noção de natureza humana surge para Maquiavel como uma espécie de postulado extraído da concepção cíclica da história (...) a explicitação do que seja a natureza humana, não foi efetuada para Maquiavel através de uma reflexão metafísica; ao contrário, através da observação da vida e da história, em decorrência de seu método objetivo, experimental, empírico. Ele próprio diz que procede assim, ilustrando e demonstrando com detalhe, com exemplos antigos e modernos, o que não pode ser demonstrado claramente só com a razão (NEDEL, 1996, p. 27).

É dessa premissa antropológica pessimista, observável nos exemplos da história e nas ações humanas, que Maquiavel funda a ação política, enquanto lei. Maquiavel admite que na época moderna se acentuou a corrupção na esfera pública. Qual o antídoto para esta patologia social? Entre os vários remédios para a corrupção, um, é o Estado. Sem este, todos os outros remédios não teriam a eficácia desejada. Contudo, neste momento, podemos nos questionar sobre: o que é, como se constitui e qual a finalidade do Estado para Maquiavel?

O poder político (para Maquiavel), tem uma origem mundana, nasce da própria malignidade que é intrínseca a natureza humana. Além disso, o poder aparece como a única possibilidade de enfrentar o conflito, ainda que de qualquer forma de “domesticação” seja precária e transitória. Não há garantias de sua permanência. A perversidade das paixões humanas sempre volta a se manifestar, mesmo que tenha permanecido oculta em algum lugar (WEFFORT, 2004, p. 20).

O Estado para Maquiavel tem a função de manter a ordem, a harmonia, isto é, o espírito cívico, e, é por isso que é a mais importante das instituições sociais. Se para Aristóteles, por exemplo, a *Pólis* antecede aos homens, e estes só se reconhecem como humanos na medida em que estão inseridos nela, Maquiavel vivendo em uma época em que o indivíduo ganha autonomia, percebe que na ausência de um poder que institua a vida associada, os homens, enquanto átomos isolados, não a constituiriam por vontade própria.

Neste sentido, para Maquiavel o Estado se conquista e se mantém pela força que representa o alicerce sobre que se deve apoiar a preservação de sua grandeza. A existência do Estado se assenta na compatibilização forçada das liberdades individuais constrangidas a se subordinar aos interesses soberanos do Estado, não obstante todo o dinamismo e os conflitos gerados no jogo político das vontades que lutam pela satisfação de suas necessidades individuais. Torna-se imprescindível, portanto, por parte daquele que detém o poder no Estado, a utilização, recomendada sempre pela observação dos fatos e pelo estudo da história, de um conjunto de expedientes e técnicas capazes de assegurar-lhe a máxima eficácia na preservação do Estado e na conservação de suas supremas finalidades.

Objetivamente, para Maquiavel, uma política que pretende ser eficaz e que, ao mesmo tempo, tenha assumido como ponto de partida para sua construção, à luz da observação das coisas e dos ensinamentos da história, o postulado fundamental da maldade inata do homem só dispõe do recurso à força para garantir a realização de seus objetivos.

4 A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E POLÍTICA

Como destacado acima, Maquiavel inicia uma maneira realista de pensar a política, que será sua marca registrada na história do pensamento político moderno. É claro que não devemos dizer que ele foi o primeiro a pensar a política dessa forma. Aristóteles já havia informado que algumas questões devem ser tratadas

diretamente e não por meio de subterfúgios. Assim, Aristóteles não se furta a aconselhar os tiranos como devem proceder para conservar o poder, mesmo se a tirania figurasse entre os regimes políticos pelo qual ele nutria um grande desprezo. Maquiavel retoma essa maneira de pensar a política de frente, mas acrescenta um dado essencial: a interrogação sobre a relação entre ética e política (BIGNOTO, 2003, p.29).

Desde a Antiguidade considerava-se que as duas disciplinas deveriam ser estudadas juntas. Aristóteles, por exemplo, não as confundia, mas acreditava que constituíam um campo de questões que guardavam relações profundas entre si. A felicidade aparece dessa maneira como um desiderato tanto para a ética quanto para a política. Se não havia correspondência absoluta entre os dois campos de problemas, eles se recobriam em vários pontos, permitindo ao estudioso da ética, conclusões que deveriam ter validade também para a política se havia autonomia dos dois territórios, ela era bastante relativa.

Essa maneira de considerar o problema da relação entre ética e política acabou gerando uma literatura que respeitava pouco as advertências de Aristóteles e levava a crer que os campos se recobriam inteiramente. Dessa forma, os autores dos espelhos dos príncipes faziam da reflexão ética o ponto fundamental de toda a interrogação sobre a política. O governante teria êxito se conseguisse viver de acordo com as regras defendidas pela ética cristã. Ou seja, o Príncipe que agisse tendo como fundamento de sua ação os preceitos cristãos seria considerado e tido como o Bom governante, ou o governante ético por excelência (BIGNOTO, 2003, p.30). Qual o fundamento da crítica sobre a falta de ética na concepção de política defendida por Maquiavel?

A crítica feita a Maquiavel é por ele ter supostamente afirmado que o governante pode fazer tudo o que for necessário para atingir o poder e conservá-lo. Dessa forma, o poder seria um fim em si mesmo, que não dependia de nada além do desejo de conquistá-lo e da habilidade em mantê-lo para se legitimar. De fato, que problemática de fundo que ocupa Maquiavel em suas especulações políticas?

Ora, a questão da qual se ocupa Maquiavel é a de saber se o governante pode agir sempre de acordo com os princípios éticos cristãos aceitos em seu tempo e esperar atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos, quando confrontado com situações difíceis. Ele não aconselha aos governantes a desrespeitar as regras aceitas pelo mero prazer de fazê-lo. Ao contrário,

explicitamente que este deve se comportar de acordo com elas sempre que possível. Quanto a isso afirma que “é louvável a um príncipe manter a fé e viver com integridade sempre que possível” (MAQUIAVEL, 1987, p. 74)

O que ele deseja saber é se isto de fato é possível. Isto é, se a ética é suficiente para nos mostrar como agir na política em todas as situações. Maquiavel parte de uma evidência, do que são os conflitos nas cidades, para elaborar suas idéias. Convém lembrar que para o autor natureza humana é altamente negativa. A maldade dos homens deve ser compreendida como uma característica destes e que se torna fundamental quando se refere à esfera política.

Maquiavel afirma que “é necessário que aquele que institui uma república e ordena suas leis, pressuponha que todos os homens são maus e que estão sempre prontos para usar da maldade de sua alma assim que lhes apresente a ocasião de fazê-lo livremente” (MAQUIAVEL, 1987, p. 17).

Por conseguinte, se os homens fossem seres naturalmente inclinados para a vida em sociedade, não seria necessário existir um Estado. Podemos compreender, a partir das teses maquiavelianas sobre o conflito entre os homens, a tão famosa ruptura, operada pelo pensador florentino, entre a ética e a política. Sendo os homens naturalmente maus e estando sempre dispostos a dar vazão a suas maldades, mesmo sob o poder do Estado, o Príncipe não tem como se pautar por regras morais na esperança de que elas o orientem na condução dos negócios do Estado. Em que medida os fins justificam os meios?

Não é pela paixão ou pela tirania que Maquiavel desvincula a ética da política. Para ele o campo da política é, por excelência, o lugar da ação e, esta só poderá ser julgada por sua eficácia, nunca por sua intenção. É na capacidade de configurar eficazmente meios e fins que reside a virtude do Príncipe. Se o objetivo do Estado é possibilitar e garantir a vida humana associada, e uma vez isto realizado, não se pode condenar as ações do governante, em detrimento de seu conteúdo moral.

Nas obras do florentino percebe-se constantemente o elogio da eficácia das ações, em detrimento da de seu conteúdo moral. Dessa forma, a justificativa dos meios pelos fins, não pode ser usada como um argumento, se deslocada do todo da reflexão do autor, para acusá-lo de imoral. Maquiavel não aprova na esfera política, ações cujo motor seja a irracionalidade do Príncipe ou o seu desejo tirânico de satisfazer seus próprios interesses. Muito pelo contrário, para Maquiavel, a moralidade continua existindo na esfera política como em outras esferas da

experiência humana, pois sem um conjunto de regras de conduta os homens simplesmente não se reconheceriam enquanto tais. A questão é que na política, a moral está submetida aos interesses do poder. Ela já não é algo de fundamental, como para os gregos, não é através do exercício das virtudes morais que um principado ou mesmo uma república se sustenta.

Todo o legislador sábio e animado pelo único desejo de servir, não seus interesses pessoais, mas os do público, de trabalhar, não para os seus próprios herdeiros, mas pela pátria comum, nada deve poupar, para ser ele o único a possuir completa autoridade. E nunca um espírito esclarecido repreenderá aquele que haja cometido uma ação ilegal, para fundar um reino ou constituir uma república. É justo, quando as ações de um homem o acusam, que o resultado o justifiquem, e, quando esse resultado é feliz, como o mostra o exemplo de Rômulo, o homem será justificado. Só se devem repreender as ações cuja violência tem por meta destruir e não reparar (MAQUIAVEL, 1987, p. 48).

Sem compreender as mudanças na estrutura política europeia na época de Maquiavel e as questões levantadas a partir daí no que diz respeito ao poder, é extremamente difícil compreender a relação da ética e da política para o autor. Se fizermos tabula rasa deste pano de fundo sobre o qual o florentino escreveu, o que fica dele é a imagem de um homem absolutamente cínico e sem princípios morais.

Na obra maquiaveliana, a política ganha autonomia com relação à ética, para se tornar a própria condição de possibilidade desta. Sem que haja um poder constituído para coibir a violência dos homens e administrar suas desavenças, a ética simplesmente não tem sentido, pois os homens jamais se reconheceriam numa comunidade e certamente se destruiriam por viverem presos à particularidade dos seus desejos.

5 O GOVERNANTE VIRTUOSO É REALISTA

Como já se mencionou anteriormente, Maquiavel entende que o homem, por natureza, não é bom nem mau, mas tende mais a ser mau. Portanto, o governante não deve partir do pressuposto da bondade de seus governados, mas sim, de sua maldade e as consequências que se podem acarretar disso. De qualquer forma, o político deve trabalhar com a forma mais eficaz de garantir uma boa administração do Estado.

O realismo político maquiavélico, é expressado, com bastante clareza, no capítulo XV de “O Príncipe”. Ele menciona que o governante deve recorrer a verdade, mas não prender-se no idealismo de como as coisas realmente deveriam ser. E, se for necessário recorrer à maldade, deverá fazê-lo, sem nenhuma culpa ou constrangimento.

Quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 1973, p. 69).

Com seu pensamento voltado para uma efetivação da autonomia política, ele não hesita em recomendar ao príncipe que se necessário, deve-se recorrer a formas extremamente cruéis e desumanas de governar. Considerou que, havendo necessidade de remédios extremos para males extremos, devem-se adotar tais remédios. Pois a política possui, em si mesma, a sua lógica e a sua ética, que lhe devem servir como norte. “A política tem uma ética e uma lógica próprias. Maquiavel descortina um horizonte para se pensar e fazer política que não se enquadra no tradicional moralismo piedoso. A resistência à aceitação da radicalidade de suas proposições é seguramente o que dá origem ao “maquiavélico”. (WEFFORT, p. 24).

É evidente, portanto, que Maquiavel concebe a virtude de modo antagônico à virtude cristã. Aquela idéia de bondade e de superação das tentações mundanas, que tem como recompensa o céu, é abandonada. Ele retomou o conceito pré-socrático de areté, ou seja, a virtude como uma habilidade natural. Recorda, de certa forma, a maneira de entender a virtude do mesmo modo que alguns sofistas.

Na perspectiva cristã, a qual exerceu forte influência sobre a moral medieval, o homem virtuoso é aquele que privilegia os valores espirituais sobre os interesses materiais. O cristão, temente a Deus, encontra o fundamento de todo bem na ordem divina, ou seja, o que é bom ou mau está de certa forma estabelecido de antemão, a priori (CORTE, 2006, p. 37).

O conceito de virtude é elevado ao extremo por Maquiavel, que o interpreta como vigor físico, astúcia, esperteza e como capacidade de antever e planejar alguns acontecimentos. O homem é considerado vil, indigno de confiança e insensato, não sabe resistir e se empenhar para alcançar suas metas. E a virtude,

pelo contrário, concede e justifica o poder, de maneira a edificar o homem, mas não o educa, nem o redime, da forma como concebiam os medievais.

Dessa forma, o poder que nasce da própria natureza humana é redefinido. Não se trata mais apenas da força bruta, da violência, mas da sabedoria no uso da força, da utilização *virtuosa* da força. O governante não é, pois, simplesmente o mais forte – já que este tem condições de conquistar mas não de se manter no poder -, mas sobretudo o que demonstra possuir virtù, sendo assim capaz de manter o domínio adquirido e se não o amor, pelo menos o respeito dos governados (WEFFORT, p. 22).

O fundamento do poder está baseado na força. No entanto, se não possuir a virtude, o governante não conseguirá se manter no poder. O príncipe virtuoso deverá conquistar a glória e ser famoso, ao passo que também deverá resistir aos inimigos para garantir sua própria segurança e a do povo. Assim, o príncipe passa a possuir novas qualidades que, muitas vezes, diferem das virtudes morais cristãs. Mesmo assim ele não deve deixar de aparentar possuir as virtudes que são admiradas pelo povo.

Maquiavel é incisivo: há vícios que são virtudes.[...] Assim, a qualidade exigida do príncipe que quer se manter no poder é sobretudo a sabedoria de agir conforme as circunstâncias. Devendo, contudo, aparentar possuir as qualidades valorizadas pelos governados. O jogo entre a aparência e a essência sobrepõe-se a distinção tradicional entre virtudes e vícios. A virtù política exige também os vícios, assim como exige o reenquadramento da força (WEFFORT, p. 23).

Para Maquiavel, a virtude se contrapõe ao destino. Até então, predominava uma crença de que o homem não era sujeito de sua própria história, mas era conduzido por Deus, inclusive ao poder. No entanto, ele entende que a metade das coisas humanas dependem da sorte (fortuna), a outra metade depende da virtude e da liberdade. E a sorte é entendida como uma mulher que precisa ser controlada. “Porque a sorte é mulher. E, querendo mantê-la sob domínio, é necessário bater-lhe e espancá-la. O que se vê é que ela deixa-se mais vencer por estes (= os temperamentos impetuosos)” (MAQUIAVEL apud REALE; ANTISERI, 2003, p.131).

No entanto, a fortuna não é compreendida apenas com significante negativo e sobre a qual se necessita estabelecer um controle. Para possuir a virtude, serão necessários também as circunstâncias, o acaso e a eventualidade derivados da fortuna. O príncipe virtuoso não deve deixar de aproveitar as oportunidades se desejar a manutenção do poder. (CORTE, 2006, p. 39). Deverá ser, ao mesmo

tempo, leão e raposa, ou seja, viril e esperto, sabendo se adaptar às circunstâncias. Pois, apesar de ser irracional, derivada do inesperado, que contempla a alguns e a outros não, a manifestação da fortuna vai possibilitar a criatividade das ações humanas na luta contra as adversidades.

6 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO GOVERNANTE

Maquiavel recorda sempre ao Príncipe que deve valer-se da força e recorrer a princípios cruéis, caso necessário, como forma de permanecer no poder, mantendo os súditos unidos e lhes garantindo paz, ordem e estabilidade. Porém, o governante, enquanto tal, necessariamente buscará também honra e glória para si. (CORTE, 2006, p. 50). Mas como homem sujeito à prática de perversidades, será possível ao príncipe estabelecer uma boa relação, de forma a ser amado por seu povo?

Como nos recorda Maquiavel, o governante equilibrado e humano poderá confiar demasiadamente nos outros de forma imprudente com relação a seus objetivos. Por outro lado, poderá se tornar extremamente intolerável, se desconfiar de todos. Portanto, o ideal seria ser amado e temido, ao mesmo tempo, confiando e desconfiando dos súditos. Porém, é mais seguro ser temido do que amado, já que os homens costumam ser ingratos e colaborar somente e enquanto o governante lhes fizer o bem.

Se não for possível ao príncipe ser amado pelo povo, necessariamente tendo que ser temido, é fundamental que, ao menos, não lhe odeiem. E a receita para não se odiado é, principalmente, não se apossar das propriedades de seus súditos, especialmente se abstendo de suas mulheres e de seus bens. “[...] um príncipe sábio, amando os homens como eles querem e sendo temido como ele quer, deve basear-se sobre o que é seu e não sobre o que é dos outros. Enfim, deve somente procurar evitar ser odiado, como foi dito” (MAQUIAVEL, 1973, p. 76).

Para evitar o ódio do povo e, respectivamente, resguardar o poder e a reputação do Estado, é necessário que o príncipe saiba como agradar o povo. E este agrado só será possível se o príncipe conseguir, ao menos, aparentar ser bom, ético, humano e, principalmente, religioso. Pois, o que importa não é como vive o príncipe, mas o êxito de seu reinado. O que importa são os resultados.

Contudo, o príncipe não precisa possuir todas as qualidades [...], bastando que aparente possuí-las. Antes, teria eu a audácia de afirmar que, possuindo-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são benéficas; por exemplo, de um lado parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro, ter o ânimo de, sendo obrigado pelas circunstâncias a não o ser, tornar-se o contrário. [...] O príncipe deve, no entanto, ter muito cuidado em não deixar escapar da boca expressões que não revelem as cinco qualidades acima mencionadas, devendo aparentar, à vista e ao ouvido, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Não há qualidade de que mais se careça do que esta última. É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos vêem o que tu pareces, mas poucos, o que és realmente [...] (MAQUIAVEL, 1973, p. 80).

Segundo Maquiavel, a maioria dos súditos encontram-se numa situação de “pré-disposição” a serem enganados. São seres de mentalidade muito simples e sujeitos de manipulação. Não é possível creditar-lhes ampla capacidade crítica. Eles não têm condições de avaliar um governo (CORTE, 2006, p. 52). Sempre considerarão honrosos e louváveis os métodos do príncipe, contanto que este atinja bons resultados enquanto governante. Quanto aos críticos, que conseguem ver além das aparências, são poucos. Portanto, não serão audaciosos o suficiente para irem contra a opinião do soberano, pois eles também estão cientes de que poderão ser severamente punidos por este tipo de atitude.

No entanto, o príncipe não deve apenas se preocupar com seus súditos. Existe também a ameaça externa, que provém das outras nações poderosas. Destas, se defenderá com armas e com seus aliados (súditos). As questões internas estarão estabilizadas se as questões externas estiverem sob controle. Ou seja, se o Estado estiver protegido contra os perigos externos, é bastante provável que internamente também esteja estável. Exceto se houver risco de conspiração. Porém, se o príncipe é amado pelo povo, não deverá temer conspirações, já que os conspiradores já sabem de antemão que não serão apoiados se assassinarem um príncipe amado pelo povo.

Ora, um dos remédios mais eficazes que um príncipe possui contra as conspirações é não se tornar odiado pela população, pois quem conspira julga sempre que vai satisfazer os desejos do povo com a morte do príncipe; se julgar, porém, que com isso ofenderá o povo, não terá coragem de tomar partido, porque as dificuldades com que os conspiradores teriam que lutar seriam infinitas (MAQUIAVEL, 1973, p. 84).

Dessa forma, um príncipe que é odiado pelo povo necessariamente deve temer a tudo e a todos. Deverá este agir de forma tal que não leve os grandes

(aristocratas e nobres) ao desespero e, ao mesmo tempo, contentar o povo. E isto, por vezes só é possível quando se age com astúcia e esperteza, de modo a conservar a aparência de bondade e piedade. Maquiavel cita o bom exemplo do governo Francês: “[...] os príncipes devem encarregar a outrem a imposição das penas; os atos de graça, pelo contrário, só a eles mesmos, em pessoa, devem estar afetos” (MAQUIAVEL, 1973, p. 85).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel iniciou uma nova fase no pensamento político que predominava na sociedade até então. Através dele, iniciou-se um “afastamento” entre a teoria política e o pensamento ético e religioso. Sua intenção foi criar uma teoria política autônoma, específica e objetiva. Uma teoria que estivesse livre de condicionamentos causados pelos princípios de análise de outros âmbitos que não fossem políticos.

Percebe-se grande mudança de direção ético-política nas obras de Maquiavel. Isto se deve, de modo especial, à maneira de fazer política, estabelecida em Florença e na Itália e a uma permuta dos valores morais, por toda a Europa, que propunham um novo conceito de virtude, baseado na força e na esperteza, portanto, contrário à virtude cristã baseada em princípios de bondade e de comiseração.

Surge assim uma postura ética diferenciada, contrapondo a moralidade humanista vigente. Já não se pensam mais governos ideais, mas inicia-se a discussão política pelo modo real de governo estabelecido. A ética nem sempre poderá pautar a atividade política, já que esta passa a ser medida por sua efetividade e não pelas intenções, nem pelos meios necessários para se chegar aos resultados almejados.

Uma nova forma de compreensão da realidade se estabelece. Esta se situa entre o ser (as coisas como elas são) e o dever ser (as coisas, como deveriam ser). O governante que for virtuoso saberá utilizá-las, quando necessário. Tanto que também terá a perspicácia de, ao menos aparentar ser bom, para manter sua imagem, para ser amado por seus súditos e, conseqüentemente, se manter no poder.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna. 1993.

BATH, Sérgio. **Maquiavelismo: A prática política segundo Nicolau Maquiavel**. São Paulo: Ática S.A., 1992.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorje Zahar. 2003.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**.
2. ed. Rio de Janeiro: Agir. 1996.

CORTE, Rudinei Freo Dalla. **Conveniência e aparência: a nova postura ética defendida por Maquiavel**. Santa Maria, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987.

HEBECHE, Luiz Alberto. **A guerra de Maquiavel**. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988.

KRASSUSKI, Jair. Política e modelos históricos em “O Príncipe”, de Maquiavel. **Nossa voz**. v. 7, n. 4, nov/dez. Santa Maria, 1997, p.33.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. de Lívio Xavier. Texto integral. Os pensadores, vol. IX. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1973.

_____. **O Príncipe**. Coleção Os pensadores. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1987.

_____. **Escritos Políticos**. Trad. de Lívio Xavier. Texto integral. Os pensadores, vol. IX. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1973.

NEDEL, José. **Maquiavel: concepção antropológica e ética**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant**. Vol. II. 6ª edição. São Paulo: Paulus, 2003.

SADEK, Maria Tereza. **Os clássicos da política**. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú.

WEFFORT, Francisco C. (org). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, v.1, 13ª ed, 2004.